Entrevista

Concedida a Cinthia Sasse

A antítese do IBC



Deputado Carlos Melles

Conta-se que a ministra Dorothéa Werneck, em sua passagem pelo governo, não queria se envolver com política do café. Dizia que era um produto complicado, cercado de operações polêmicas que, ainda por cima, tinham nomes de mulher. Quem não se lembra da Operação Patrícia?

Oficialmente, o que se sabe é que Dorothéa foi uma ferrenha opositora a um conselho deliberativo para a política do café, com governo e iniciativa privada dividindo responsabilidades nas decisões. Costumava argumentar com um dos principais idealizadores da proposta, o deputado mineiro Carlos Melles, que seria ela quem assinaria as medidas. Mas o que mais surpreendeu o deputado foi o reconhecimento de Dorothéa, ao sair do Ministério, de que um conselho deliberativo era realmente a melhor solução para o setor.

Levou três anos para o Conselho Deliberativo da Política do Café, o CDPC, ser criado, em outubro de 1996. Porém com uma boa pitada de efeito Dorothéa: ao contrário do que havia sido proposto, o governo não abrira mão da presidência do Conselho. Apesar dessa trava nos sonhos de autonomia do setor, o CDPC foi um avanço inegável. Melles avalia que desde que o CDPC começou a funcionar, coincidência ou não, o café entrou em uma rota de sucesso. Preços em alta, cidades prosperando, consumo e exportações crescendo, não poderia haver melhores indicadores da boa *performance* do café. Só que os sinais para o próximo ano não são nada alvissareiros. Melles, que [illegible] dos seus 50 anos [illegible] uma carreira de fazer [illegible] qual [illegible] famo, conta aqui o que é preciso mudar para atravessar as turbulências de mercado.

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

■ *A crítica mais freqüente é que o CDPC se distanciou da sua concepção original e que não vem funcionando muito bem. O que é preciso mudar?*

— O CDPC é a grande revelação na atual política agrícola nacional. As premissas que o nortearam são as da competitividade para atuar na globalização. E, como diz o nome, deliberar e não ser meramente consultivo. O Conselho tem um fundo, o Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira), com mais de US$2 bilhões, considerando o estoque físico dos produtores de 9 a 9,5 milhões de sacas e cerca de 800 milhões em recursos financeiros. É dos poucos conselhos com essa independência financeira. No entanto, devo reconhecer que falta democratização na gestão. Falta diálogo, clareza.

■ *Como assim?*

— O CDPC tem funcionado na política de curto prazo. Alocou recursos de R$250 milhões para a colheita na hora certa e mais R$300 milhões para o plantio. Alongou o prazo de pagamento das dívidas dos produtores que estavam sufocados, atravessando uma situação praticamente insustentável depois de sucessivos planos econômicos, altas de juros e a geada de 1994. Mas era uma medida tão necessária e clara que poderia ter sido feita com rapidez. Na área do abastecimento interno, a política de estoques reguladores tem funcionado muito bem. Não faltou, nem tem faltado café. Os leilões vêm atendendo ao mercado e, agora, fornecendo também para as indústrias de solúvel. Essa solução demorou. São exemplos de que o CDPC precisaria ser mais ágil em suas decisões. Ocorre que a orientação interna do Conselho é buscar o consenso entre os seus integrantes. E decidir por consenso é difícil. A proposta original da Comissão Especial da Câmara, que recomendou a criação do CDPC, era a aprovação das medidas por maioria simples dos presentes, cabendo ao presidente do Conselho o voto de qualidade.

■ *O decreto que instituiu o CDPC em 1996 determinou que o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo exerça a presidência do Conselho. Pela proposta da Câmara, o ministro faria uma lista tríplice com nomes de pessoas idôneas e de reconhecida experiência no setor, cabendo a escolha ao presidente da República. O mandato seria de três anos, com direito a recondução. Essa não foi outra modificação que prejudicou o Conselho?*

— Apesar de não ser tão urgente assim, esse é um ponto que precisa ser revisto. O Conselho pode ser perfeitamente autônomo como foi proposto inicialmente. Se o ministro Francisco Dornelles sair como está previsto, qual será a política do novo titular do MICT? O Conselho tem que estar acima dessas mudanças, tem que estar totalmente estabilizado. E todos admitem isso. Se voltar ao que foi recomendado pela Câmara, cumprirá melhor o que diz o próprio presidente Fernando Henrique: "não é mais *o governo errou*, mas *erramos*: a iniciativa privada e o governo".

■ *O senhor pretende recomendar uma reavaliação do CDPC?*

— Estou propondo a criação de uma nova comissão especial para analisar o desempenho desse um ano de funcionamento do Conselho e fazer propostas para o futuro. Ela poderia ser instalada no início da próxima legislatura, em fevereiro. O objetivo é aprimorar o CDPC. Queremos ouvir os que ajudaram a criá-lo e os que estão dentro do Conselho. Chamar o Departamento de Agricultura dos EUA, o USDA, para explicar como realiza a sua previsão de safra que tanto interfere no destino do Brasil, qual a sua metodologia. Queremos reabrir a discussão sobre as políticas de

médio e longo prazos para o café, dando ao CDPC uma grande oportunidade de colher sugestões. Enfim, o objetivo é ajudar contando com a legitimidade do apoio parlamentar.

■ *Do jeito como o CDPC está funcionando, não se corre o risco de repetir erros do passado, como alijar novamente a iniciativa privada das decisões?*

— Creio que não. O Conselho é paritário, com seis representantes da iniciativa privada e seis do governo. Foi criado como antítese do Instituto Brasileiro do Café. Houve quem pensasse que o setor estava voltando a ter uma forte ingerência do governo na gestão da política cafeeira. Ao contrário. O IBC tinha 4 mil funcionários, 120 apartamentos em Brasília, 114 armazéns, prédios no Brasil todo, uma estrutura pesada que foi ficando muito poderosa. Tinha até poder de emitir dólares através de avisos de garantia. Depois que transformou sua junta deliberativa em consultiva, aí realmente houve despotismo e concentração do poder. Tudo isso apressou o fim do Instituto. Mas a ausência de um órgão gestor e formulador de café no Brasil foi um desastre. Jogamos pela janela cerca de US$11 bilhões, de 1990 a 94, com perda de volume nas exportações. Em 1993, o Brasil chegou a exportar apenas US$1,2 bilhão. Só para comparar, a receita cambial deste ano deve alcançar US$3,2 ou 3,3 bilhões. É uma grande diferença. Internamente, a perda também foi enorme: cerca de US$5 bilhões no período.

■ *Se a extinção do IBC, no início do governo Collor, era inevitável, o que faltou foi uma política de transição?*

— Isso mesmo. O maior erro que consegui visualizar nesses 25 anos que trabalho com café não foi o guarda-chuva que os concorrentes diziam que o Brasil fazia, nem política de preços; foi a transferência de estoque depois da extinção do IBC. O estoque nas mãos dos consumidores que era de 10 a 11 milhões de sacas, em média, chegou a 22 milhões. Aí foi um golpe fatal. Desestruturou a cafeicultura mundial. E o país que mais sofreu com o ajuste foi o nosso: reduziu em 30% seu parque cafeeiro e, conseqüentemente, em mais de 30% a sua produção. Pagamos um preço altíssimo.

O IBC *tinha 4 mil funcionários, 120 apartamentos em Brasília, 114 armazéns, prédios no Brasil todo, uma estrutura pesada que foi ficando muito poderosa. Tinha poder até de emitir dólares.*

■ *Mas essa desorganização do mercado mundial não foi decorrente do rompimento do Acordo Internacional do Café?*

— Dos dois. O fim do IBC e do Acordo transformaram o mercado em *terra de ninguém*, onde todos perderam. Os consumidores achavam que o Acordo havia se tornado desinteressante. Queriam ter liberdade de importar a quantidade, o tipo e de quem bem entendessem. Mas ocorreu o contrário. O café escasseou. E todos ficaram apavorados com a queda de produção no mundo. Aí os conceitos de seletividade e de livre mercado desmoronaram.

■ *Foi essa amarga lição que abriu espaço para a criação da Associação dos Países Produtores de Café, a APPC?*

— Exatamente. A APPC foi uma resposta à falta das cláusulas econômicas da OIC. O caos enfrentado pelos produtores e a inabilidade dos consumidores criaram as condições necessárias para o surgimento da APPC. Foi uma autodefesa. Como ninguém estava defendendo ninguém em 50 países produtores, subdesenvolvidos, sem nenhum poder de fogo, sem nenhuma estrutura de competitividade e ao sabor de manipulações de mercado, não restou outra alternativa a não ser formular uma política que viabilizasse uma entidade dos produtores. Nesse sentido, tem que se reconhecer o trabalho do ex-ministro José Eduardo Andrade Vieira, do Gilson Ximenes, que estava à frente do DNAC, e de líderes experientes como Alain Gauze, da Costa do Marfim, e de Jorge Cárdenas, da Colômbia. O Brasil foi o grande signatário da entidade criada em setembro de 1994.

■ *A APPC tem cumprido o seu papel?*

— Tem procurado regular a oferta e monitorar o abastecimento. Bastaram esse trabalho e, claro, a geada de 1994 para que os preços internacionais tomassem uma escalada muito diferente. Se fosse classificar a atuação da entidade, daria nota 10 até agora. Apesar de toda a precariedade estatística, ela está conseguindo administrar a oferta adequando ao consumo mundial. Opera normalmente com 1,5 a 2 milhões de sacas a mais que a demanda. Contudo, é vulnerável e precisa se organizar mais. Nos últimos quatro anos, o mercado internacional tem trabalhado com um quadro de escassez do produto, o que é mais fácil de administrar. O difícil será quando houver reversão.

■ *E qual é a saída?*

— Aprimorar e fortalecer a entidade o quanto antes. Para isso, defendo a criação de um fundo, que poderia estar funcionando desde o seu início. Os recursos viriam da contribuição de US$1 para cada saca exportada. Isso não é muito. Mas é uma importante sinalização externa. Quem vê de fora interpreta a iniciativa como um cuidado dos seus integrantes em aperfeiçoar a entidade, preocupando-se com o futuro.

■ *O destino da OIC será definido no próximo ano. Qual é a sua posição?*

— Se permanecer como está, esvaziada, a OIC está fadada a desaparecer. Em 30 anos de existência, foi dos órgãos de melhor desempenho, até pela importância que o café tem como segundo produto mundial em valor agregado, só perdendo para o petróleo. A OIC é um órgão reconhecido pela ONU e isso não se consegue sacando do bolso do colete. Chegou a ter um orçamento de 7 milhões de libras, atualmente não passa de 2,5 milhões. Desenvolveu programas de promoção comercial, como o café *gourmet* nos EUA e na China, que até hoje permanecem. Mas na sua principal função, que são os controles estatísticos de produção e de consumo, ela perdeu muito.

■ *A OIC não seria o fórum adequado para retomar o diálogo com países compradores, atraindo novamente o maior*

deles, os EUA?

— Podemos fazer essa reaproximação via APPC e a OIC pode ajudar. O Celsius Lodder, que está à frente da Organização, tem se esforçado para estabelecer um maior contato com os consumidores. É provável até que já se tenha um clima favorável à retomada do diálogo. Acho que isso deve ser feito sem a visão de cláusulas econômicas, como no passado, mas com os dois lados encontrando um denominador comum que interesse a ambos. Se para quem produz o objetivo principal é o cliente, para este interessa qualidade, produção e abastecimento estáveis. Nem sempre o preço é a variável mais importante. O mercado tem mostrado que o consumidor tem condição de absorver preços em patamares muito melhores. O passado ensinou a não fazer uma guerra suicida para comprar barato e vender caro. O consumidor internacional não se beneficiou da queda de preço. E quem teve um ganho acentuadíssimo foi um segmento pequeno composto por torrefadores e *dealers*.

■ *Desde quando o sistema de estatísticas da OIC deixou de ser confiável?*

— A partir de 1989, os países sentiram-se descomprometidos a enviar os dados com a mesma presteza e freqüência. A verificação dos estoques remanescentes nos países produtores ficou inviabilizada. Sem noção do *carry over*, os produtores saíram prejudicados. Com isso, lucraram as grandes torrefadoras mundiais.

■ *Quer dizer que a administração da oferta mundial é quase um vôo cego?*

— Não chega a tanto. Mas se pudéssemos dimensionar melhor a produção, os estoques e o consumo, se não houvesse mascaramento e grande habilidade dos compradores, o preço internacional seguramente estaria mais elevado. Transferimos 4 milhões de sacas a mais para as mãos deles, entre seis e oito meses. Eles estavam com 7 milhões de sacas e passaram a ter 11 milhões. Com essa margem de manobra, usam os estoques para represar preço. Existe um outro lado. A avaliação dos estoques mundiais é extremamente precária, o que torna o mercado muito vulnerável. Uma nova geada no Brasil, por exemplo, traria um caos na oferta e no abastecimento de café no mundo. Outro fator importante a ser observado é o efeito do El Niño. Agora, em Londres, todos os países estavam preocupadíssimos com a quebra de safra. A Indonésia, que é o terceiro produtor no *ranking*, está prevendo perder quase 1 milhão de sacas. Os africanos também enfrentarão problemas. Aqui, o efeito do El Niño ainda não está sendo muito avaliado, mas a temperatura nas regiões cafeeiras já está com cinco graus acima da média. Embora a florada tenha sido abundante e bonita, o vingamento não foi proporcional ao florescimento. Há espaço, portanto, para muita especulação.

■ *Há também uma guerra de números sobre a safra brasileira. Quando vamos ter um sistema estatístico que realmente sirva para balizar o mercado?*

— Isso está sendo montado pela Fundação Getúlio Vargas, que integrará o consórcio de pesquisa coordenado pela Embrapa. A primeira previsão da próxima safra deve estar saindo em dezembro. Mas o que está dando incerteza ao mundo e um grande prejuízo ao Brasil é a safra que terminamos de colher. Foi de 27 ou 28 milhões de sacas, como o USDA fala, ou de 22,7 milhões, como o governo sustenta, ou de 17 a 18 milhões como indicam os dados de mercado? Fomos a Londres dizer na APPC que provavelmente não embarcaremos mais do que 13 milhões. O Brasil ia destinar 15 milhões de sacas para a exportação.

A APPC *foi uma resposta à falta das cláusulas econômicas da OIC. O caos enfrentado pelos produtores e a inabilidade dos consumidores criaram as condições necessárias para o surgimento da entidade. Foi uma autodefesa.*

■ *O CDPC não tinha que ter dado prioridade absoluta a esses controles estatísticos?*

— Esse foi um dos seus pecados. O CDPC deveria ter se apressado, organizando um sistema de previsão de safra. Porque o que está faltando ao Brasil e ao mundo é um sistema de avaliação econômica do setor, com levantamentos seguros de produção, consumo e estoques. A primeira proposta da Comissão Especial da Câmara, que recomendou a criação do CDPC, era fazer um diagnóstico da cafeicultura brasileira: número de plantas, idade, parques cafeeiros, regionalização, estágio tecnológico e, principalmente, previsão de safra.. Além disso, seria feito um levantamento da situação das indústrias de torrefação e de solúvel e também do setor exportador. Com todo esse perfil do setor, o CDPC poderia formular com segurança as políticas de médio e longo prazos para o desenvolvimento do agronegócio do café. Infelizmente esse perfil ainda não foi feito.

■ *Como está o consórcio de pesquisa liderado pela Embrapa?*

— Um dos trabalhos desse consórcio é exatamente traçar o perfil do setor. A previsão de safra é um primeiro passo. Ao todo, são 12 instituições de pesquisa em todo o país. A FGV é uma delas. Ela vai ser o braço do consórcio na parte econômica, elaborando estatísticas e ajudando na formulação e avaliação de políticas. Como o CDPC não tem estrutura gerencial, e a idéia era essa mesmo, procurou-se terceirizar, comprando o serviço de quem fosse melhor em qualquer área. Buscamos a FGV, o Pensa e outros grupos nacionais e estrangeiros. Houve certa resistência a esse crescimento. Mas não há outro caminho. A Embrapa está tendo um papel fundamental nesse processo, firmando parcerias com outras entidades.

■ *O consórcio já tem recursos definidos?*

— Há R$300 milhões do Funcafé, que serão aplicados da organização do sistema estatístico à pesquisa e tecnologia para toda a cadeia do café. Neste ano foram comprometidos R$12 milhões de reais, através de emenda de minha autoria, para pesquisa e tecnologia. Para 1998, serão R$27 milhões, também do Funcafé, um volume mais do que suficiente para fazer toda a gestão tecnológica, que deve estar voltada para a qualidade do agronegócio. A

nossa expectativa é de que todo esse esforço faça com que a Embrapa tenha um grupo de excelência em café.

■ *O acervo tecnológico do IBC já passou para a Embrapa?*
— Os técnicos que sobraram do IBC, uma equipe bem preparada, alguns com mais de 30 anos de experiência com café, estão no Ministério da Agricultura. O ministro Arlindo Porto teve sensibilidade e o convênio foi renovado. Estamos de forma lenta e cautelosa trazendo esses técnicos para a Embrapa. Esse grupo do Procafé vai ajudar a recompor o sistema de gestão de tecnologia, agora recolocado na Embrapa onde deveria estar há muito tempo. Outra contribuição importante é das próprias cooperativas, que recebem de 35 a 40% da produção de café do país. Elas são muito bem estruturadas e se mostram competentes, mesmo no segmento final da comercialização (exportação e industrialização). E o programa de reestruturação das cooperativas que vem sendo discutido com o governo deve ajudar muito. Tenho a impressão de que, no futuro, elas vão se abrir, agrupar, fundir, fazer *tradings* para ter lá fora o seu braço comercial. Enfim, é todo esse processo mais organizado que vai trazer maior segurança para se trabalhar no médio e no longo prazos.

■ *Apesar de todas essas falhas, o café não atravessa um momento privilegiado de mercado?*
— Costumo brincar com o ministro Dornelles, outros integrantes do governo e com meus colegas do Parlamento, que se parássemos agora estaríamos na média Pelé: tudo muito positivo. O preço médio do café estava a US$190 em 1996 e continua elevado este ano. Houve alongamento da dívida, dinheiro para produzir, mercado abastecido e consumo interno crescendo. No curto prazo, a situação é boa. Mas não se deve esquecer que trabalhamos com um quadro de escassez do produto e aí é fácil. Muito mais complicado é operar quando há uma superoferta.

■ *Mas não é esse o desafio que vamos enfrentar na próxima safra?*
— Ainda não vamos viver abundância de oferta. Teremos uma safra relativamente normal, ao redor de 30 milhões de sacas. Se confirmada, será do tamanho da necessidade do país, já que o consumo brasileiro gira em torno de 12 a 13 milhões de sacas, exportações de 15 milhões e o solúvel com 2,5 a 3 milhões. O que pode complicar é a concentração da oferta em agosto, setembro e outubro, com o fluxo muito maior que a demanda. É uma disponibilidade temporal pela característica do produto: o café é colhido em quatro meses (maio, junho, julho e agosto) e consumido em 12. O que nos preocupa não é um excesso de produção, mas sim não ter políticas para regular a oferta em determinado momento, podendo provocar baixa de preço.

■ *O CDPC já tem alguma estratégia definida para esse período?*
— O secretário de produtos de base, Maurício Assis, deixou firmado em um documento, na rodada com os países da APPC, que o Brasil tem instrumentos e fará uma política de ordenamento da oferta. Ele tranqüilizou os países para que não joguem os seus preços para baixo. Não anunciou o que faria, mas todos já sabem que ele tem os instrumentos. Há muitas formas de se fazer esse ordenamento. O Funcafé foi criado para isso: em alguns momentos tem que devolver em outros tem que tirar. O Ministério da Agricultura foi bem-sucedido este ano ao propor quatro a cinco formas de comercialização, como exercer o preço de garantia, financiar o exportador, ir à Bolsa e liqüidar pela diferença. Às vezes é muito mais fácil liqüidar pela diferença, como foi feito em 1996 para o trigo e neste ano para o milho. O PEP (Prêmio de Escoamento à Produção) é um mecanismo interessante que pode ser aplicado ao café.

■ *Qual a melhor política de financiamento para o café?*
— Os planos de safra que foram desenvolvidos pelo IBC recomendavam um enxugamento da oferta, de agosto a outubro, e às vezes até dezembro, entre 6 e 8 milhões de sacas. Esse excesso era retirado e depois recolocado paulatinamente no mercado. Se tomarmos por base 6 milhões de sacas, o que é mais próximo da realidade, com qualquer valor entre US$450 e 600 milhões, faríamos a política de financiamento para regular a oferta de café. Um instrumento muito interesante é a CPR. Talvez tenha sido o pioneiro a dizer para o Banco do Brasil que a CPR era o grande instrumento. É uma maneira eficaz de comercialização futura de café garantida pelo Banco. E está tendo uma aceitação muito grande. O Banco do Brasil é o executor dos recursos do Funcafé. Ele tem que continuar a ser visto como um grande parceiro, mas queremos que o Bancoop e os demais bancos cooperativos tenham a oportunidade de fazer a execução da gestão, ao menos parcial, dos recursos do Funcafé. É importante que haja essa distribuição, mesmo que o maior volume continue nas mãos do BB. O produtor de café já começa a usar a BMF, fazendo opção de venda e opção de compra. O produtor deve começar a pensar em comercializar no mercado de futuros um mínimo de 20% e um máximo de 30% da sua produção. Isso é uma segurança.

■ *Uma política de financiamento pressupõe a existência de mecanismos de capitalização do Funcafé. Quais seriam esses instrumentos?*
Os recursos de que o Funcafé dispõe dão perfeitamente para fazer uma política de colheita, custeio e comercialização. Temos uma outra vantagem no momento: os leilões de café, onde a saca está sendo vendida a R$150, em média. Isso capitaliza o fundo. Mas é importante lembrar da história do Funcafé. Alguns anos antes de se extinguirem o Acordo e o IBC, o embaixador Jório Dauster, um craque na formulação de políticas, conseguiu antever a necessidade de se criar um instrumento de auto-sustentação para garantir a independência da cafeicultura nacional. Além de criar em 1986 o Funcafé, Dauster desenvolveu mecanismos de apoio como o selo de exportação. Em um ano e meio, o Funcafé acumulou US$380 milhões limpos e comprou 9,7 milhões de sacas de café. Isso sim foi difícil fazer. Agora está fácil. Se houver o entendimento de que o Funcafé deve permanecer, que sem ele não estaríamos vivos hoje e pela dificuldade de obter algum apoio financeiro (por não ser incluído na cesta básica nem ser considerado prioritário), nós deveremos realimentá-lo. E isso passa pela definição de instrumentos. Não acho que seja uma necessidade de curto prazo. No momento certo o CDPC saberá avaliar a criação de mecanismos para irrigar novamente o Funcafé.